



DISCURSO

& SOCIEDAD

Copyright © 2018
ISSN 1887-4606
Vol. 12(3) 565-580
www.dissoc.org

Artigo

**Considerações sobre o sintagma “lugar de fala”:
um operador de vozes empoderadas?**

*Considerations about the phrase "speech place":
an operator of empowered voices?*

Luciana Salazar Salgado

Departamento de Letras
Universidade Federal de São Carlos (Brasil)

Márcio Antônio Gatti

Departamento de Ciências Humanas e Educação
Universidade Federal de São Carlos (Brasil)

Resumo

Neste artigo, examinamos alguns aspectos da circulação da expressão “lugar de fala”, valendo-nos da noção de fórmula discursiva proposta por Krieg-Planque (2010) para o estudo de sintagmas cristalizados cujos percursos no espaço público permitem acompanhar um debate. Com base nisso, a própria noção de espaço público põe problemas interessantes: em tempos de fragmentação e dispersão na comunicação social, em que arenas se dão os embates, em que lugares se tecem os debates? Acompanhando uma certa tradição nas ciências sociais, consideramos o texto “Pode o subalterno falar?”, de Gayatri Spivakvc como documento fundador, na medida em que registra a expressão “lugar de fala” como centro de um pensamento político com dimensões teórica e prática. Os dados colhidos mostram que “lugar de fala” assume traços semânticos de empoderamento de vozes periféricas (ou de minorias), mas também, em certos usos, assume traços de um poder que inibe ou interdita vozes outras.

Palavras-chave: lugar de fala, fórmula discursiva, memória discursiva

Abstract

We examine here aspects of the expression "place of speech", based on the notion of discursive formula proposed by Krieg-Planque (2010) to study fixed expressions whose paths in the public space allow to pursue a debate. The very notion of public space poses interesting problems: in times of fragmentation and dispersion, in which arenas do we debate? Following a certain tradition in the social sciences, we consider the text "Can the subaltern speak?", by Gayatri Spivakvc, as a founding document, once it registers the expression "place of speech" as the center of a political thought with both theoretical and practical dimensions. The data show that "place of speech" assumes semantic traits of empowerment of peripheral (or minority) voices, but also, in some cases, traits of a established power that restrains or impedes other voices.

Keywords: place of speech, discursive formula, discursive memory

Considerações iniciais

Detenhamo-nos em algumas passagens da matéria intitulada “Djamila Ribeiro parou a Lapa”¹, na qual se registra a mítica Lapa do Rio de Janeiro, palco de manifestações culturais de vulto e de todas as manifestações políticas contra o golpe de 2016², lotada para ouvir Djamila Ribeiro³. Essa Lapa fulgurante, entregue às palavras da oradora, assim se anuncia:

Saímos todas e todos desnorteados na última sexta-feira da Rua Morais e Vale, 18, pela potência indescritível da Mestra em Filosofia **Djamila Ribeiro**, que foi às terras cariocas lançar o seu primeiro livro “O que é Lugar de Fala?” (Editora **Letramento** e selo do **Justificando**) (grifos originais)⁴

O marcador de gênero “todas e todos” e também em “mestra” inscreve esse enunciado na militância representada por Djamila Ribeiro, assim como o nome da editora – Letramento – remonta a um entendimento (acadêmico a princípio) de que, para além da instrução formal que alfabetiza, um conjunto de expedientes que permitem depreender os diversos elementos que produzem sentido é necessário à constituição de sujeitos autônomos (cf. Street, 2014). O selo editorial Justificando também marca um posicionamento engajado: remete a um coletivo de juristas organizado em um portal que oferece esclarecimentos sobre a atual conjuntura brasileira, com vistas a munir de argumentos bem balizados os que defendem a democracia.⁵ O local específico na Lapa marca uma identidade bem delimitada – a casa onde são acolhidos travestis e transexuais –, assim como os qualificativos atribuídos à oradora, que a localizam como “uma brilhante mulher negra”, consagrada pelo grupo de Intelectuais Negras ligado à Universidade Federal do Rio de Janeiro. Essa delimitação identitária se refina:

Os orixás, em festa, celebraram a revolução que desperta no coração de quem enxerga essa iluminada pensadora como, de fato, ela deve ser enxergada. Djamila Ribeiro tem o coração dos justos e a mente afiada da caçadora. Filha de **Oxóssi**, trouxe a caça farta para seu povo tão castigado pelo racismo e pela precária situação desse país. É um respiro, infla nossos pulmões com novos ares, trazendo toda uma nova energia que nos desperta para a luta. (grifos originais)

A bênção a essa mulher negra vem, segundo o autor da matéria, também de uma egrégora das Letras, que a avaliza como fiadora do livro que responde à pergunta “o que é lugar de fala?”: entre outros, a monumental Conceição

Evaristo, ganhadora do Prêmio Jabuti de 2015, talvez a maior premiação literária brasileira, está lá. Entidades místicas e míticas vêm compor o que o autor da matéria aponta como um acontecimento balizado por celebrações importantes, que sinalizam lutas e lugares discursivos definidos nessas lutas. Com isso, explica sua chamada, que parafraseia por “Djamila Ribeiro inspira um levante na Rua Moraes e Vale”, e agradece a muitos atores presentes, sublinhando o papel da Mídia Ninja no registro e na difusão do grande ato que é o lançamento do livro “O que é Lugar de Fala?”⁶ – essa expressão grafada poderosamente em maiúsculas, em um título instrucional e militante.

Este acontecimento disparador de muitas outras matérias e de resenhas que se distribuem nas redes sociais mais ou menos formalmente, nos parece, em termos discursivos, um marco para a circulação da expressão “lugar de fala” na atual conjuntura brasileira; há vídeos institucionais no YouTube, postagens em blogs profissionais e pessoais, tuítes diversos e variados materiais no Facebook e no Instagram, as plataformas mais usadas neste momento. Nelas, o sintagma aparece em muitos outros contextos, retomado por outras figuras públicas, em materiais teóricos e usos banais, cuja frequência expressiva é logo verificada.

Considerando essa intensa circulação da expressão “lugar de fala”, valemo-nos da noção de *fórmula discursiva* proposta por Krieg-Planque (2010) para o estudo de sintagmas cristalizados cujos percursos no espaço público permitem acompanhar um debate. Frise-se que a própria noção de espaço público põe problemas interessantes para quem trabalha com essa proposta: em tempos de fragmentação e dispersão como regra na comunicação social, dada sobretudo pela técnica hegemônica de distribuição dos dizeres, cabe perguntar em que arenas se dão os embates e em que lugares se tecem os debates.

Para tratar disso, acompanhando uma certa tradição nas ciências sociais, consideramos que o texto “Pode o subalterno falar?”, de Gayatri Chakravorty Spivak⁷ é um documento fundador, na medida em que registra a expressão “lugar de fala” como centro de um pensamento político, com dimensões teórica e prática. A partir daí, assim entendemos a complexidade desse conceito:

As hierarquias sociais produzem efeitos de verdade diferentes: eles são mais intensos, por exemplo, quando um discurso é enunciado por um homem branco mais velho do que quando é enunciado por uma mulher negra mais jovem, de quem o preconceito espera ignorância ou irracionalidade. A constatação desses diferentes efeitos de verdade que variam segundo o lugar de fala faz com que um discurso crítico sobre a condição subalterna da mulher, quando enunciado por um homem, entre numa espécie de contradição performativa – como se ele negasse, na prática, o seu conteúdo. Isso acontece porque o discurso feminista enunciado pelo homem pressupõe e, implicitamente referenda, a hierarquia dos efeitos de verdade que dá mais autoridade ao

homem do que à mulher. Por esse motivo, diz o argumento, os discursos sobre a condição da mulher devem ser enunciados por mulheres, aqueles sobre a condição dos negros por negros e assim por diante, de maneira que tanto o conteúdo como a enunciação sejam emancipatórios. (Ortellado, 2007: s/p)

Esse aspecto da contradição performativa é fundamental para a perspectiva aqui assumida, na medida em que a validade de um dizer depende, quando se convoca um “lugar de fala”, do modo de enunciação, que inclui não só um corpo evocado, mas uma certa coincidência empírica entre sujeito histórico e sujeito do discurso, fiadora ela própria da legitimidade do que se diz.

Sobre essas bases, coletamos materiais dispersos, produzidos ou retomados a partir do lançamento do livro de Djamila Ribeiro, levando em conta a noção de percurso que dá sustentação à noção de fórmula discursiva⁸, que supõe a conjunção de quatro propriedades: i) trata-se de um sintagma cristalizado, uma forma linguística que pode ser recuperada no fio dos discursos; ii) trata-se, portanto, de um sintagma cristalizado na dimensão de suas retomadas, nos usos que se acumulam em vetores semânticos específicos, condicionados histórica e socialmente; iii) funciona como um referente social, isto é, impõe-se na cena pública como passagem obrigatória, exigindo posicionamento; iv) do que decorre, em maior ou menor grau, seu caráter polêmico, dado que há disputa pelos sentidos a ele atribuíveis.

No que tange ao *cópus* que submetemos a análise com base nesse quadro, focalizamos dois textos que nos parecem emblemáticos da questão posta em relevo aqui: o funcionamento da memória discursiva na convocação da fórmula “lugar de fala”. Esperamos, com isso, contribuir para reflexões que parecem urgentes, dado o recrudescimento de posições que tem sido capaz de engessar novas formas de golpe, marcados, como é o caso brasileiro, pela ação contundente do sistema judiciário, que coopta certas estruturas designativas de expedientes democráticos para justificação de suas decisões inconstitucionais.

Discursos em co-ocorrência

No estudo das fórmulas discursivas, um sintagma é candidato à condição formulaica quando, antes de mais nada, se observa uma explosão de ocorrências no espaço público. Essa “explosão” tem a ver com a evidência de que muito se está usando um dado sintagma e muito se está falando sobre esses usos; e isso ocorre em ambientes de troca: poderíamos pensar na ruas, e então será necessário observar quem está ocupando as ruas (por exemplo, grafites ou outdoors?), e quem está garantindo essa ocupação (ou há repressão e

impedimentos?), e poderíamos pensar nas mídias, e então será necessário saber se corporativas ou alternativas, se coesivas ou desintegradoras (por exemplo, no caso em que canais de televisão e portais de notícias assumem a convocação de um grupo social específico, guiando sua manifestação “pública”).

De todo modo, na esteira de trabalhos recentes, podemos dizer que se trata de levar em conta uma relação espaço-temporal de distribuição do sintagma, que pode ser iniciada por atores que reagem a um ato político (como a aprovação de um marco regulatório, caso da fórmula “liberdade de expressão”, estudada por Ribas, 2014); pode ser disparada por uma instituição deflagradora de regulações (como a ONU, por exemplo, que estabelece “a década de X”, caso da fórmula “Cultura de Paz”, estudada por Boschi, 2014); pode ser insuflada por documentos de corporações cuja agenda requer a disseminação de certos conceitos (caso de “empregabilidade”, estudado por Quartarolla, 2017); pode ser um acontecimento cíclico (caso de “Consciência Negra”, que se instaura como um dia comemorativo, estudado por Oliveira, 2018), entre outras formas de surgimento e de conformação do rumor público. Em todos esses casos, verifica-se que as ocorrências se dão conforme se configuram as institucionalidades condicionantes da irrigação discursiva. Assim, o que se pode considerar *espaço público* varia em alguma medida, pois os espaços de troca, de encontro, de confronto pressupõem comunidades discursivas mais ou menos amplas. Esses trabalhos nos mostram que as comunidades que dizem o que dizem como dizem definem o que é o ambiente público de trocas:

mais ou menos fragmentado, mais ou menos conflituoso, o espaço público não existe independentemente do princípio de publicidade por meio do qual os atores compartilham pontos de vista, expõem suas opiniões em praça pública, tornando-as, desse modo, visíveis a quaisquer pessoas, alimentando, assim, a possibilidade de um debate público e contraditório de suas opiniões (...) O espaço público é configurado pelos procedimentos de publicização que tornam possível o estado político, sociológico e técnico de uma determinada sociedade. (Krieg-Planque, 2010: 114-15)

Evidentemente, há muito mais a dizer sobre isso, sobre como essas comunidades discursivas instituem ambientes de troca que mesclam dispositivos digitais e outros, fazendo conteúdos migrarem, se reconfigurarem, se retroalimentarem; sobre como o noticiário televisivo é atravessado pela pauta definida nos *trend topics* do Twitter ou a viralização no Facebook, por exemplo. Mas nos ateremos, aqui, a essa circunscrição do tema para abordar especificamente o sintagma “lugar de fala”, localizando-o a partir do marco acima referido, que se inscreve nos chamados estudos pós-coloniais e que, no Brasil, ultrapassou as questões raciais e de gênero, sem que perdesse essa

memória, para referir toda condição social “periférica”, isto é, alijada do centro decisório, do centro disseminador das regras do viver. É o que se pode verificar no arquivo constituído entre abril de 2016 e abril de 2018, numa coleta sistematizada pelas ferramentas do Twitter (busca por tag e filtragem de perfis) e do Midium (busca por tags e temas). A seguir, um dado do arquivo constituído:



Figura 1: Tuíte coletado em 21 abr. 2018, sobre o resultado do Big Brother Brasil 2018 - grifo nosso

O tuíte acima aparece numa sequência em que se exalta o segundo lugar da edição 2018 do programa Big Brother Brasil, relativizando-se o merecimento do vencedor, uma moça jovem definida como *mulher, acreana, negra, pobre*, e que, por isso, é merecedora do reconhecimento de que venceu todas essas condicionantes sociais que empurram para a “periferia” do sistema em vigor. É um dado interessante porque mostra um uso vulgarizado da expressão “lugar de fala”, marcando não a potência que esse lugar confere, mas o cerco que impõe.

Esse tipo de dado é que nos leva a pensar em “lugar de fala” como uma fórmula discursiva: sua aceitabilidade se estabelece num processo de publicização que, densificando-se, reúne, em torno de uma estrutura formalmente fixada, sentidos variados, divergentes inclusive. Se voltamos às propriedades enumeradas acima, vemos que, no caso de “lugar de fala”, no que tange à cristalização de sua estrutura formal, é, ao menos no momento desta pesquisa, forte: não há variantes como no caso de “cultura de paz”, em que aparecem “cultura para a paz”, “cultura da paz”, nos quais elementos linguísticos apontam para variações importantes entre agente/paciente; mas é possível verificar, como ocorre com “liberdade de expressão”, que se homologa com “liberdade de imprensa” ou “liberdade de opinião”, que “lugar de fala” pode surgir como paráfrase de “lugar de autoridade” e “local de fala”.

No que diz respeito à dimensão discursiva dessa fórmula, como foi dito, os usos acumulados estão diretamente relacionados a instituições autodefinidas como críticas, mas também propositivas, de luta; põem-se como denunciadoras de exclusões e apagamentos e desencadeadoras de ações e empoderamentos. O lançamento apoteótico na Lapa ilustra bem essa propriedade formulaica. A própria existência desse livro, nessa coleção, neste momento histórico atesta que se trata de um sintagma cuja enunciação radica numa dada conjuntura. As

dimensões do acontecimento – o ato político miticamente localizado, misticamente conduzido, grandiosamente institucionalizado – e a própria publicação de um título instrucional são índices da propriedade de referente social, isto é, da condição de termo imposto aos que frequentam a cena pública, diante do qual é preciso – e mesmo inescapável – assumir uma posição.

Nos materiais que compõem o arquivo coletado, há recorrências que caracterizam uma espécie de sentido fundamental: o aspecto periférico (que coincide ou não com minorias já organizadas) da voz empoderada pelo uso do sintagma que, muito frequentemente produtor de um ethos discursivo combativo, busca oferecer esclarecimento sobre o que se entende ser desconhecido do outro e, então, é o relato de uma experiência pessoal que traz à luz verdades explicativas. Aqui, nos deteremos em outro conjunto de materiais, em que justamente esse aspecto emancipatório parece posto em causa – diretamente ou não. E, nesse conjunto de materiais, os textos em que a fórmula aparece com valor de *dicto* (sobre os usos) são mais abundantes do que os textos em que a retomada do sintagma assume valor de *re* (apontando um referente). A seguir, apresentamos dois deles, que julgamos paradigmáticos desse subconjunto: uma postagem do site do Geledés - Instituto da Mulher Negra, intitulada “As armadilhas do ‘lugar de fala’ na política contemporânea”⁹ (doravante Geledés), e uma postagem de um blog pessoal (EntreAnas), editado por uma autodeclarada militante feminista, cujo título é “Vamos conversar sobre lugar de fala”¹⁰ (doravante EntreAnas).

Com eles, queremos pôr em relevo o modo como essas distintas vozes se autorizam a tratar do que é “lugar de fala”, entrando, assim, no debate instaurado pela fórmula discursiva, falando sobre a fórmula, fortalecendo-a ao retomá-la. Atestam, nos seus modos de dizer, a complexidade semântica que condensa tensões sociais mais ou menos enfrentadas, conforme se diga o que se diz, com base no que se pode e se deve dizer. E esse funcionamento está ligado à gestão de uma memória. De fato, todo regime discursivo deve gerir uma dupla memória: estabelecendo, menos ou mais explicitamente, filiações a uma linhagem convocada fora do espaço discursivo em que se atualizam posições (*memória externa*), e produzindo retomadas que delimitam, em suas textualizações, uma semântica que lhes confere identidade (*memória interna*) (Charaudeau; Maingueneau, 2004: 325). Pretendemos mostrar essa gestão.

O texto “As armadilhas do ‘lugar de fala’ na política contemporânea”, ao enfrentar, já no título, uma discussão difícil, que pode ser entendida como recusa da legitimidade das lutas que constituíram essa noção, logo se firma numa filiação universalista, ao declarar em suas primeiras linhas que: “Reconhecer seu ‘lugar de fala’ tornou-se um dogma do ativismo político em contextos pós-modernos”, na medida em que “diz-se que cada um deve saber

qual lugar ocupa na teia social e deduzir, a partir disso, quando ficar calado, quando consentir e quando reivindicar.” O que levanta a questão da constituição do “lugar de fala”: quem o traça e quem reconhece esse traçado? Se se trata de lugares discursivos distintos em interlocução, em que medida o reivindicante e o reconhecedor estão em acordo sobre o *lugar*? Se há uma “teia social”, como relacionar esses pontos específicos com os fios que a tecem?

Ainda no primeiro parágrafo, o autor levanta outra questão crucial da fórmula, dizendo que, “fruto de uma ênfase sobre as vivências individuais a partir da experiência com determinadas categorias sociais – entre as quais se destacam gênero, cor/raça e sexualidade – o ‘lugar de fala’ tem sido tomado como uma estratégia política de peso nas sociedades contemporâneas”. O que nos leva à contraposição entre *individual* e *individualismo*: como não desprezar vivências singulares e, ainda assim, tecer a teia social, os fios que conectam uns aos outros? Com base nesses dois aspectos, o autor seguirá seu raciocínio. Importa dizer que Adriano Senkevics é autor do blog Ensaio de Gênero, no qual escreve sobre “política, educação e feminismo, lançando mão dos estudos de gênero para analisar diferentes aspectos da sociedade, sempre com um viés progressista a fim de contribuir em transformações sociais.” E que esta sua postagem é avalizada por uma importante instituição como o Geledés, que o republica¹¹. Esse enquadramento é decisivo, posto que “lugar de fala” é uma expressão que aparece sempre em contextos discursivos antidiscriminatórios, afirmativos da pluralidade e do direito à diferença. É nesse enquadramento que a postagem se autoriza – e possivelmente se legitima – para desenvolver os enunciados definidores de toda a argumentação:

- via de regra, o “lugar de fala” é quase sempre tomado como inscrito no corpo;

- o “lugar de fala” é usualmente tomado como “autoridade de fala”, como se só quem vivesse uma experiência (no lugar subalterno) pudesse discutir aspectos que a circundam. (Geledés)

Esses dois pontos são representativos da lógica argumentativa para a qual importam tanto a inscrição no corpo quanto a “autoridade de fala”. A “armadilha” imposta pelo “lugar de fala” releva desses dois aspectos. Ressalte-se aqui a necessidade de observar a gestão da memória, na medida em que o texto revela uma importante fissura ou ao menos uma multiplicidade dos discursos antidiscriminatórios e até mesmo uma paradoxal existência: “lugar de fala” de um modo ou de outro restringe a possibilidade de enunciação, sendo que, no caso da discriminação, ela é sempre necessária. No trecho a seguir, vemos essa fissura. O que está em jogo é o lugar de fala pelo avesso:

Ademais, é válido se questionar: quais são os *não lugares de fala* a partir dos quais nos posicionamos mesmo sem saber? Sou homem e não sou cadeirante; isso não muda minha visão de mundo? Sou branco e não sou assexual (uma pauta relativamente nova que há pouco era esquecida). **Em outras palavras, o que não estou sendo capaz de perceber, relativo ao meu pertencimento, que também fundamenta minha perspectiva de vida?** (Geledés, grifos originais)

O texto opera, de certo modo, uma denúncia das armadilhas que “lugar de fala” pode impor: se somente X pode falar por X, logo teríamos uma ausência total de altruísmo, uma impossibilidade de a fala alheia ser solidária com as dificuldades de grupos estigmatizados. “Lugar de fala” passa a ser “restrição de fala”. Só poderiam falar aqueles que estão inscritos numa categoria específica. Mas como delimitá-la? Um problema para o núcleo do discurso progressista, no qual a fórmula “lugar de fala” é mais utilizada¹². É aqui que podemos pensar na gestão da memória em relação aos usos da expressão. É sabido que importam ao discurso progressista a inclusão social e a valorização da diversidade – essa é uma de suas pautas fundamentais. O uso de “lugar de fala” como restrição de vozes impõe a esse discurso uma contradição interna: há uma memória da valorização da diversidade, mas há outra que irrompe, a da segregação:

Em última análise, a premissa de que apenas mulheres podem falar sobre o machismo, ou de que apenas lésbicas e gays podem tratar da homofobia, coloca em xeque a própria democracia enquanto possibilidade. (Geledés)

À ideia de “lugar de fala” como uma ferramenta útil de demarcação de espaços e identidades, contribuindo para a própria difusão da diversidade, incorporando dizeres outrora silenciados, auxiliando na inclusão social, soma-se uma semântica de restrição, que favorece a segregação e a impossibilidade do dizer:

a noção de auto-representação (somente gays representam a si mesmos, assim como apenas indígenas são capazes de se fazer representados) é inalcançável. (Geledés)

O traço de “lugar de fala” como restrição é revelador da gestão de uma memória segregacionista, contraditória com a defesa das minorias e dos princípios da diversidade fortemente presentes no discurso progressista.

É interessante observar que aqui se problematizam os usos de “lugar de fala” a partir de uma institucionalidade crítica e marcadamente ligada à defesa de causas minoritárias e periféricas (o autor do texto, o Geledés, etc.) que tem pontos de contato com um outro enquadramento, que defende com unhas e dentes a legitimidade incondicional da reivindicação das singularidades marcadas no corpo, configuradoras de uma autoridade indiscutível. No blog

EntreAnas, a autora se apresenta marcando aspectos identitários difusos, como ser jornalista e técnica em nutrição, “feminista por querer ser livre”, “bailarina de alma e apaixonada por filmes de terror” e explica o que o blog é:

(...) minha forma de compartilhar aquilo que escuto, leio ou vejo por aí. As experiências de uma jornalista e técnica em nutrição recém formada, engatando em outra graduação e dando os primeiros passos na vida adulta. Os pensamentos de uma feminista em constante desconstrução e as descobertas de uma vegana que está tentando ter uma vida mais equilibrada. Ah, além das dicas de uma eterna apaixonada por maquiagem e livros.

Esse enquadramento abriga postagens militantes ladeadas, na página em que se distribuem, por uma série de produtos indicados para um “consumo consciente” (produtos *cruelty free*, por exemplo), com os quais se convida o público a uma partilha intimista. Há filiações a grupos que assumem posições via consumo: apaixonados por livros e maquiagem, consumidores de alimentos naturais e experiências terapêuticas, etc. Isso se opõe ao posicionamento anterior, que recusa simplesmente ser “uma bicha feliz no capitalismo”.

Nos comentários às duas postagens analisadas aqui, vemos que ambos os autores procuram se legitimar declarando serem homossexuais, o que é, afinal, uma certa experiência de sofrer preconceito, embora ambos sejam brancos, universitários de classe média, etc. Importa que, diante disso, assumem diferentes posicionamentos com relação a seus “lugares de fala”. No blog EntreAnas, a postagem firma um posicionamento também nas primeiras linhas, filiando-se internamente a uma discursivização que está no próprio blog:

Nas últimas semanas, li certas coisas na internet que me incomodaram e surgiu, então, a vontade de dar vida a este post. **Senta aqui, vamos falar sobre lugar de fala no feminismo.** E, não, não quero discutir sobre os feministas, esquerdo-machos, enfim, os homens que querem roubar nosso protagonismo (*minha luta não é para agradá-los, como contei [aqui](#)*). Deixa isso para depois. Quero conversar sobre as próprias mulheres, que diversas vezes se intitulam feministas, mas têm dificuldade de entender o tal do “local de fala”. (EntreAnas, grifos originais)

Na postagem anterior, o posicionamento firmado não diz respeito a um incômodo com um *protagonismo roubado*, mas a um *dogmatismo* que teria se generalizado, exigindo que se reivindicasse uma identidade no cardápio das identidades catalogadas. Esse dogmatismo obrigaria a posicionamentos, como vimos nos trechos destacados acima, os quais, nesta outra postagem, aparecem como coisas a respeitar, mesmo sem compreender – dado que só se pode entender o que se vive. Dois destaques mostram os enunciados de base:



Figura 2: Destaques da postagem intitulada "Vamos conversar sobre lugar de fala" (EntreAnas)

Os termos “opressor” e “oprimido” aparecem configurando a cena enunciativa em que um “lugar de fala” será convocado confirmando que se trata de empoderamento de uma voz não central: um opressor “jamais pode ditar o que é certo na luta do oprimido”. E é uma instrução: a cenografia de “guia para saber seu lugar de fala” instrui sobre o lugar a assumir, diferentemente da postagem do Geledés, que problematiza a legitimidade das categorias que a reivindicação de um “lugar de fala” pressupõe. Aqui, há essas duas pontas claras. Importante salientar que nessa cenografia de guia a proibição inicial – “não deve (e não pode) falar” – atenuada, de certo modo, pelo que segue – “como se tivesse total entendimento” – impõe severa restrição. E, assim, é interessante notar que ao “opressor” só cabe calar diante do “oprimido”: mas de onde vem, então, a delimitação desses lugares, se o opressor não pode oprimir? Suprimida essa condição, por que seria necessário um empoderamento? De fato, não são claras essas categorias que, a princípio, pareceram evidentes.

Algumas pistas sobre os sentidos de “opressor” e “oprimido” aparecem no destaque seguinte, seis parágrafos adiante, no mesmo “guia”: se não se sofre racismo, gordofobia, preconceito de classe, homofobia ou transfobia, não se deve (e mesmo não se pode!) falar sobre esses assuntos como se “se compreendesse o que é passar por essas opressões”. Os “oprimidos” são os que sofrem essas fobias e preconceitos. E os “opressores”? Os que devem se calar pois produziram essas fobias e preconceitos? Os que não têm como ter “total entendimento”. Caberia perguntar se os “oprimidos” têm “total entendimento”, se o seu “lugar de fala” é legítimo mesmo sendo parcial (não total) porque têm uma vivência que se legitima sem que precisem conhecer outros lugares. Seguindo no texto, constatamos que nem sempre se trata apenas de “opressor” e “oprimido”:

O que fazer então? Largar a militância? Abafar esses assuntos? Não, não! **Voltemos outras duas casas.** O que você **deve (e, nesse caso, pode)** fazer é apoiar o **oprimido**

quando ele falar que o opressor está errado, por exemplo. Viu uma discussão no facebook em que uma mulher gorda está sofrendo ataques? **Concorde com o que ela falar. Ela vive isso, ela está certa.** Independentemente de ela acabar sendo grossa ou causar uma briga maior, ela está certa. Ela está tendo uma reação àquilo que lhe causou incomodo. **Você deve entender, apoiar e mandar força.** Simples assim. (EntreAnas, grifos originais)

Há lugares que não são de entendimento, mas de compaixão, de apoio ao oprimido quando ele “falar que o opressor está errado”. A “militância” pode ser exercida aí, nesse lugar terceiro: nem “opressor” nem “oprimido”, trata-se de reconhecer quem são esses e ficar do lado do último, concordando “independentemente” de qualquer coisa que seja menor do que o “incômodo” vivido. “Apoiar” e “mandar força” é o que se deve e, “nesse caso”, se pode fazer, empoderando o “oprimido” com sua simpatia incondicional. Caberia investigar por que esse lugar terceiro tem poder de conferir força ao lugar do “oprimido”. Seguindo no texto, há passagens que permitem entender que se trata de um exterior preservado, de tal modo que haja rigidez de “lugares de fala” a partir da condição inscrita no corpo que sofre o preconceito, por exemplo quando se diz que, “a partir do momento em que se deixa de ser oprimida, independente do seu passado, você passa a fazer parte de um grupo privilegiado”. Também a solidariedade vai até certo ponto: “mandar força. Simples assim”.

Mais uma vez, aparece como incondicional a assunção de um lugar, aqui, de oprimido a terceiro bem-posto, conforme o “guia”. Caberia perguntar se, nesse caso, aquele entendimento específico da vivência legitimadora se perde e, se sim, que se considere que não pode ser em todos os casos: pode-se deixar de ser gordo, pode-se deixar de ser de uma dada classe social, mas não é possível deixar de ser negro ou mulher, por exemplo. Haveria, então, lugares de fala mais fluidos e lugares de fala mais fixos? Seja como for, a recomendação final da postagem é contundente: “Reconheça os seus privilégios. Reconheça o seu lugar de fala”, ou seja, mesmo quando se está num lugar de “privilégios” – esse lugar terceiro que não é nem “opressor” nem “oprimido”, se está num “lugar de fala” – o que é algo bastante distante da memória dos trabalhos de pesquisa e usos políticos que sucederam as formulações de Spivak. Afinal, um “privilegiado” não está posto fora do centro, seus privilégios definem o que é central. O discurso convocado aqui é o da compaixão exercida pelas vozes já poderosas: do lugar de conforto central, tem-se o poder de reconhecer a condição de desprovimento do outro, quando ele a formula, e de lhe permitir “um lugar para falar sobre isso”.

Considerações finais

Do que se viu, podemos dizer que na postagem do Geledés emerge uma semântica de segregação que põe problemas para o respeito à pluralidade que, a princípio, é a base definidora de “lugar de fala”: assumir um “lugar de fala” supõe inscrever-se numa categoria que, na mesma mão, descredita os que não estão nela inscritos. Na postagem do EntreAnas, o descrédito dos que não estão inscritos num dado “lugar de fala” também é marcado, mas ele se dá porque o “lugar de fala” – opressor, oprimido ou privilegiado – define identidades que não têm como conhecer a realidade do outro, e há mesmo uma interdição moral: tendo sido oprimido e deixado de sê-lo, passa-se a outro “lugar de fala” que, então, não permite mais tratar daquilo que não se vive na pele.

Em todos os casos, a marca no corpo, a condição empírica da existência é o fiel da balança. Pode-se ou não inscrever-se num dado “lugar de fala” conforme se carregue a marca que o legitima. Mas é possível ver que ora “lugar de fala” aparece como uma reivindicação para *demonstrar* (o que ninguém mais sabe), ora é uma reivindicação para *desabafar* (sobre o que ninguém mais sofre). Nesses termos, não é uma categoria que garante o debate e a troca, mas impõe uma aceitação por parte daquele que desconhece, que pode ser mais social e intelectualmente construída ou mais moral e emocionalmente exercida.

Notas

¹ Portal Justificando, Breno Tardelli, 4 de dezembro de 2017. Disponível em <http://justificando.cartacapital.com.br/2017/12/04/djamila-ribeiro-parou-lapa/>. Último acesso: 22 abr. 2018.

² Para detalhamentos, recomendamos a coletânea organizada pelo Lapcom/UnB, disponível em https://faclivros.files.wordpress.com/2017/03/faclivros_midiamisoginiagolpe.pdf. Último acesso: 22 abr. 2018.

³ Proeminente figura pública, cujo verbete na Wikipedia diz ser “uma feminista e acadêmica brasileira”, conhecida pelo ativismo na internet sobre questões raciais e de gênero. É colunista em periódicos (https://pt.wikipedia.org/wiki/Djamila_Ribeiro). Último acesso: 22 abr. 2018)

⁴ <http://justificando.cartacapital.com.br/2017/12/04/djamila-ribeiro-parou-lapa/>. Último acesso: 22 abr. 2018.

⁵ “O **Justificando** nasceu discutido nas ruas e nos bares, onde tudo se fala e onde Censura alguma se atreveria a sentar-se. Nasceu para questionar e discutir, nasceu compromissado definitivamente com a liberdade mais absoluta e compromissado com as lutas raciais, de gênero, com as lutas pela extinção definitiva das masmorras brasileiras, com a libertação e com a liberdade.” (<http://justificando.cartacapital.com.br/apresentacao> Último acesso, 28 abr. 2018)

⁶ “A velha mídia está amarrada a uma linguagem e a um padrão de qualidade que são paradigmas do jornalismo comercial, com pouca abertura para experimentação e adaptação às novas formas de produção e interação com a informação permitidas pela explosão das redes sociais.” (cf. <http://midianinja.org/perguntas-frequentes/>. Último acesso: 22 abr. 2018.)

⁷ Publicado em 1985 como “Especulações sobre o sacrifício das viúvas”, o artigo teve repercussão efetiva quando republicado em 1998 na coletânea *Marxism and the Interpretation of Culture* [Nelson; Carry (orgs.), University Illinois Press, 1988], e registra a história de uma jovem indiana que não pode se autorrepresentar fora do contexto patriarcal e pós-colonial.

⁸ Dentre as unidades não tópicas de análise, a noção de percurso refere a disseminação dos significantes no interdiscurso, reformulações, retomadas, etc. (Maingueneau, 2015)

⁹ Disponível em <https://www.geledes.org.br/as-armadilhas-do-lugar-de-fala-na-politica-contemporanea/>. Último acesso: 22 abr. 2018.

¹⁰ Cf. <http://www.entreanas.com/vamos-falar-sobre-lugar-de-fala>. Último acesso: 22 abr. 2018.

¹¹ Instituição engajada na defesa das mulheres e negros, “por entender que esses dois segmentos sociais padecem de desvantagens e discriminações no acesso às oportunidades sociais em função do racismo e do sexismo” e “contra todas as demais formas de discriminação que limitam a realização da plena cidadania: a lesbofobia, a homofobia, os preconceitos regionais, de credo, opinião e classe social”. (<https://www.geledes.org.br/>. Último acesso: 15 mai. 2018)

¹² Para fins práticos, chamemos os discursos antidiscriminatórios e que se põem ao lado das minorias de *discurso progressista*, em oposição a um *discurso conservador*.

Referências

- Boschi, H.** *A constituição da fórmula discursiva “cultura de paz”*: circulação e produção dos sentidos. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal de São Carlos, 2014
- Charaudeau, P.; Maingueneau, D.** *Dicionário de Análise do Discurso*. Vários trad. São Paulo: Contexto, 2004.
- Krieg-Planque, A.** “‘Fórmulas’ e ‘lugares discursivos’: propostas para a análise do discurso político”. In: **Motta, A. R.; Salgado, L. S.** *Fórmulas discursivas*. São Paulo: Contexto, 2011. p. 11-40.
- Krieg-Planque, A.** *A noção de ‘fórmula’ em análise do discurso*: quadro teórico e metodológico. Trad. L. Salgado, S. Possenti. São Paulo: Parábola, 2010.
- Maingueneau, D.** *Discurso e Análise do Discurso*. Trad. S. Possenti. São Paulo: Parábola, 2015.
- Oliveira, H.** *O racismo que (não) se vê*: a fórmula consciência negra e a atopia do discurso racista brasileiro. Tese de doutorado. Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp, Campinas, 2018.
- Ortellado, P.** *Esquerda online*, 2017, <https://esquerdaonline.com.br/2017/01/08/sobre-o-lugar-de-fala> Último acesso: 28 abr. 2018

- Quartarolla, A.** *Emergência da fórmula discursiva flexibilização: gênese e desdobramentos*. Tese de doutorado. Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp, Campinas, 2017.
- Ribas, J.** *A circulação do sintagma “liberdade de expressão” nos embates sobre o marco regulatório da comunicação no Brasil*. Monografia. Departamento de Letras, Universidade Federal de São Carlos, 2014.
- Street, B.** *Letramentos Sociais: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação*. Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2014.

Notas biográficas

	<p>Luciana Salazar Salgado - professora na Universidade Federal de São Carlos - UFSCar (Brasil), coordena o LABEPPE – Laboratório de Escritas Profissionais e Processos de Edição. Desenvolve pesquisa sobre as relações entre mídiu e autoria. Atua na Pós-graduação em Estudos de Literatura e no Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo - USP (Brasil). É membro do Centro de Pesquisa FEsTA - Fórmulas e Estereótipos: Teoria e Análise, da Universidade Estadual de Campinas - Unicamp (Brasil). E-mail: lucianasalazar@ufscar.br</p>
	<p>Márcio Antônio Gatti - professor na Universidade Federal de São Carlos – UFSCar <i>campus</i> Sorocaba (Brasil) e chefe do Departamento de Ciências Humanas e Educação. Desenvolve pesquisas de caráter interdisciplinar sobre o humor em geral e suas (novas) formas, sobretudo nas redes sociais digitais. É membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Tecnologia, Cultura e Sociedade (NEPeTCS - UFSCar) e do Centro de Pesquisa FEsTA – Fórmulas e Estereótipos: Teoria e Análise, da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp (Brasil). E-mail: maggatti@ufscar.br</p>